

Sónia Pina: Lic. Filosofia; pós-Grad. Direito; Mestre C. Comunicação; Doutoranda e investigadora colaboradora C. Comunicação. Universidade Nova de Lisboa

Lisboa, 19 de Janeiro de 2014

Sobre Ciência, cientistas e o país – ontem, hoje e amanhã.

Ex.mos (as) Srs. (as)

Independentemente de todas as questões que se erigem respeitantes à ‘situação da Ciência em Portugal, suas linhas prioritárias e subvenções’, e que são totalmente legítimas, creio, ser fundamental, antes do ‘fuga para frente’, uma análise prévia e conseqüente do molde do procedimento administrativo e avaliativo do Concurso de Investigadores e do Concurso de Bolsas Individuais de Doutoramento e pós-Doutoramento de 2013.

O ano de 2013 registou opções políticas que seguiram no sentido de reformar o ensino, a investigação e, conseqüentemente, os usos das verbas dos programas de apoio financeiro comunitários, porém, verificou-se que a precipitação de uma ‘reforma’ acarretou danos colaterais, situações ainda inexplicadas entre outras inadimplências correlacionadas com as ausências de resposta inerentes à condução dos procedimentos administrativos e técnicos adoptados que conseqüentemente se acumularam à incomplacente história dos investigadores (as) em Portugal.

Nessa deriva, foi a entidade FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia confrontada com um sem número de reclamações directamente relacionadas - não só com a estatística nacional de bolsas atribuídas que verificaram cortes letais - mas com ênfase na forma procedimental como as queixas dos cientistas/investigadores e proponentes às bolsas individuais foram tratadas, designadamente, não resposta a audiências prévias, não disponibilização da informação dos processos ou uso alegadamente discricionário dos critérios que estavam devidamente tipificados pela própria instituição no documento público *Guião de Avaliação FCT*.

Esta questão parece-me incontornável antes de se avançar no pertinente debate sobre a ‘Ciência para o Futuro’. O que me preocupa é o passado da Ciência e, sobretudo, o presente da Ciência, mais especificamente, a questão da transparência em assuntos de Ciência e respectivos financiamentos.

O critério da transparência é fundamental no garante de um sistema de mérito que premeie aqueles e aquelas que efectivamente demonstram merecimento e que não seja aniquilador de um dos requisitos fundamentais para se fazer 'ciência' que é o sentido crítico. Aliás, os mesmos requisitos que sustentam as instituições públicas e sua intrínseca democraticidade.

Não se faz Ciência de forma 'saudável' sem reconhecimento dos direitos mais basilares e sem o garante de um sistema de mérito. Por essa razão, se vem solicitando repetidamente à entidade FCT que se digne a responder perante as alegadas falhas, as quais deveriam ter sido remediadas o mais prontamente possível perante o teor das acusações públicas por parte de muitos (as) e, em particular, da parte de proeminentes elementos dos painéis de avaliação.

A FCT tem o papel fulcral de gerir verbas destinadas ao apoio da Ciência sendo que é da sua integral competência garantir boas práticas em tudo que se relacione com os usos dessas verbas. O seu papel de gestão está sujeito ao escrutínio dos usufrutuários, não só na perspectiva desta agir em conformidade com aqueles que são os preceitos legais, regulamentares e administrativos, mas também no sentido de prestar contas ao país e aos cidadãos e cidadãs, onde, obviamente, se incluem os (as) cientistas e os (as) proponentes a bolsas individuais em 2013.

Por essa razão, esta entidade detém determinação de apresentar argumentos que sustentem a sua eminência, que devem corresponder às expectativas legitimamente criadas de que a sua gestão decorrerá da forma mais criteriosa e honesta face aqueles (as) que tiveram, neste processo, um papel de denúncia pública (como os referidos) sobre as condições como decorreram as avaliações.

Ainda, como nota final, gostaria de dizer que no escopo do que se usualmente qualifica como 'Inovação em Ciência' cabem os (as) investigadores (as) de Ciências Sociais e Humanas, por que apresentam estes (as) potencialidade de desenvolver investigação 'competitiva' tal qual os (as) investigadores que não são de Ciências Sociais e Humanas, desde que, naturalmente, lhes seja facultado acesso aos mesmos recursos. Aqui se incluem equipas, equipamento e logística que tornem possível a implementação de investigação prática e de campo em Ciências Sociais e Humanas, algo que hoje é francamente incipiente. Talvez faça falta compreender o teor e implicações de uma investigação multidisciplinar (e interdisciplinar) e prática em Ciências Sociais e Humanas para se fazer e debater Ciência com rigor.

Gostaria de muito agradecer esta iniciativa, a criação deste espaço comum de debate e oportunidade concedida de contribuir para *o pensar* sobre Ciência em Portugal.

Espero que estas questões mereçam atenção, no sentido de se clarificar o que efectivamente se passa com a Ciência em Portugal e qual o lugar dos (as) investigadores em Ciências Sociais e Humanas na investigação competitiva e, ainda, da forma como se devem – na perspectiva dos expedientes formais - investir verbas comunitárias na Ciência em Portugal.

Com cordiais cumprimentos, despeço-me

Sónia da Silva Pina